

**A. I. Nº** - 207155.0029/01-0  
**AUTUADO** - CRISTAL MÓVEIS COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.  
**AUTUANTES** - SUELI SANTOS BARRETO, JOÃO EMANOEL BRITO ANDRADE e INOCÊNCIA OLIVEIRA ALCÂNTARA  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ (INFAZ BROTAS)  
**INTERNET** - 11. 10 . 02

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0364-04/02**

**EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO.** Infração caracterizada. **2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA.** DOCUMENTOS INIDÔNEOS. A utilização de crédito fiscal é condicionada ao destaque do mesmo em documento fiscal idôneo. **3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. a) FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO REGISTRO DE SAÍDAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. b) EMISSÃO DE DOCUMENTOS COM NUMERAÇÃO EM DUPLICIDADE. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** Infrações caracterizadas. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/10/01, exige ICMS, no valor total de R\$ 190.493,65, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, no valor de R\$ 3.708,89, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.
2. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS, no importe de R\$ 8.535,42, referente a documentos fiscais falsos ou inidôneos.
3. Falta de recolhimento de imposto atinente a documentos fiscais não registrados nos livros próprios, no montante de R\$ 162.234,22, tendo sido constatada omissão de receitas tributáveis, mediante levantamento fiscal.
4. Falta de recolhimento do imposto, no valor de R\$ 16.015,12, relativo a documentos fiscais com numeração em duplicidade.

Em 09/11/01, o autuado protocolou, na INFAZ Brotas, um requerimento solicitando cópia dos documentos que instruíram o presente PAF, a fim de exercer o seu direito de defesa.

Tempestivamente, o autuado interpôs defesa ao presente lançamento (fls. 873 a 882). Nessa defesa, afirma que, em 08/06/01, a inspetora da IFMT-DAT/METRO e o delegado da DECECAP, cumprindo ordem judicial de busca e apreensão, apreenderam documentos fiscais e equipamentos. Frisa que os documentos apreendidos não foram discriminados. Diz que o auto de apreensão dos documentos não se encontra acostado ao processo, estando presente apenas o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos.

O autuado afirma que, ao ser cientificado do lançamento, não recebeu os originais e nem as cópias dos documentos que instruíram o PAF, cerceando o seu direito de defesa. Frisa que o Auto de Infração dispõe de demonstrativo que identifica documentos fiscais, os quais não lhe foram entregues. Assevera que solicitou cópia dos documentos, porém os inspetores fiscais não atenderam à solicitação e condicionaram o atendimento da mesma ao pagamento do tributo.

Após transcrever o disposto nos artigos 18, II, IV, “a”, e 28, VII, § 4º, II, tudo do RPAF/99, o autuado suscita a nulidade do lançamento por cerceamento do direito de defesa, uma vez que não lhe forneceram os documentos que embasaram a autuação. Diz que foram violadas as disposições contidas no art. 5º, XIV, XXXIII, XXXIV e LV, da Constituição Federal. Salienta “que o Auto de Infração cita documentos, que não se encontram no Termo de apreensão de mercadorias e documentos constante dos autos principais”. Alega que tem o direito de obter fotocópias de documentos de seu interesse, tendo o órgão ou entidade o dever de fornecê-las. Cita decisão de Tribunal para embasar sua alegação.

Prosseguindo em sua defesa, o autuado faz referência ao art. 5º, XXXIV, “a”, LV, da Constituição Federal, diz que impetrou *habeas data* (fl. 884), tece comentários sobre esse instituto, transcreve ementa de decisão do Supremo Tribunal Federal e cita artigos da Constituição Federal. Ao final, solicita que o Auto de Infração seja declarado nulo, porém, se assim não entender o CONSEF, pede que lhe seja entregue cópia dos documentos citados no lançamento e, em seguida, reaberto o prazo de defesa. Protesta por todos os meios de provas permitidos em direito e solicita revisão.

Conforme cópia do Diário Oficial do Estado (fl. 885), o autuado foi intimado, mediante edital, a comparecer à INFAZ Bonocô para receber cópia dos documentos que instruíram o Auto de Infração, sendo reaberto o prazo para pagamento do débito ou para apresentação de defesa.

Em 21/06/02, o autuado apresentou a defesa tempestiva de fls. 887 a 902. Nela, impugnou as infrações constantes no lançamento, alegando que os documentos que instruíram o Auto de Infração não se encontram identificados no Auto de Busca e Apreensão. Requereu diligência para identificar tais documentos e condicionou o recebimento dos mesmos apenas àqueles que se encontravam identificados no Auto de Busca e Apreensão. Em seguida, passou a repetir alegações já expendidas anteriormente e constantes nesse relatório.

Assevera que, após contatos com a inspetora fazendária, foram colocadas à sua disposição cópias dos documentos e foi reaberto o prazo de defesa. Explica que não se recusou a receber os documentos, porém exigiu que os documentos fossem relacionados ao Auto de Busca e Apreensão, lavrados pelo Oficial de Justiça. Diz que, ante essa condição, a inspetora o intimou, mediante edital, para receber cópia dos documentos e reabriu o prazo de defesa. Aduz que, por meio de petição (fl. 903), informou a inspetora que só receberia os documentos que instruíram o Auto de Infração se os mesmos estivessem identificados no Auto de Busca e Apreensão lavrado pelo oficial de justiça. Solicita diligência para identificar os documentos que instruíram o Auto de Infração em lide e o Auto de Busca e Apreensão expedido pelo judiciário.

Após tecer comentários sobre o *habeas data*, o autuado aduz que a liminar concedida pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, no Processo nº 8576/714/01-R, determina que os documentos originais apreendidos sejam entregues no Cartório da 3ª Vara da Fazenda Pública.

À fl. 903, foi juntada cópia de um requerimento endereçado à INFAZ Bonocô e, às fls. 904 e 905, foram juntadas cópia do Auto de Busca, Apreensão e Depósito e do Mandado de Busca e Apreensão, ambos citados no presente PAF. Também se encontra anexado aos autos, o Processo nº 113122/2002-0 (fls. 906 a 909), onde o autuado, após ser intimado para receber cópia dos documentos que instruíram o Auto de Infração, impõe condição para o recebimento dos mesmos.

Ao final, o autuado solicita que o Auto de Infração seja declarado nulo, ou caso assim não entender o CONSEF, que seja feita revisão para determinar o quantum que vincula os documentos com o Auto de Busca e Apreensão e, ao final, seja o lançamento julgado improcedente.

Na informação fiscal, os autuantes explicam que o Ministério Público requereu e obteve ordem judicial para buscas e apreensões nos diversos estabelecimentos do grupo. Dizem que os documentos apreendidos e que eram falsificados, por constituírem provas de crimes, foram

remetidos ao Ministério Público para instrução da Ação Penal nº 140018261929. Desses documentos, foram extraídas cópias reprográficas que serviram para a instrução de 28 Autos de Infração. O autuado foi cientificado desses lançamentos por meio do seu advogado.

Dizem que o autuado requereu cópia de todos os documentos apreendidos, porém como a quantidade era muito grande, o servidor encarregado solicitou que o procurador indicasse quais os documentos que desejava cópia. Frisam que as cópias de todos os documentos relativos aos Autos de Infração foram providenciadas e o prazo de defesa foi reaberto, sendo que nenhum sócio ou representante do autuado compareceu à Inspetoria para recepcionar os documentos.

Aduzem que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia suspendeu a liminar referente ao *habeas data* impetrado pelo autuado, Processo nº 140.01.857671-4, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado (Diário da Justiça) em 27/04/02.

Os autuantes explicam que, no Auto de Busca e Apreensão, não foram identificados os documentos apreendidos, pois eram centenas de milhares de documentos. Assim, foram citados genericamente como “diversos”. Ressaltam que a imposição do autuado para que fossem listados todos os documentos visa tumultuar o julgamento dos Autos de Infração.

Segundo os auditores fiscais, o autuado não recebeu os documentos porque não quis, preferindo condicionar a recepção dos mesmos a uma perfeita identificação com o Auto de Busca e Apreensão. Condição que os autuantes entendem impossível, desnecessária e sem sentido.

Analisando a preliminar de nulidade suscitada, os autuantes afirmam que, no processo em lide, o princípio do contraditório não foi arranhado e não houve cerceamento do direito de defesa.

Quanto ao mérito, os auditores alegam que o autuado não se manifestou, não discordou dos valores do ICMS lançado e não contestou os demonstrativos que integram o Auto de Infração.

O patrono do autuado foi intimado para juntar, ao PAF, o instrumento de procuração do advogado. Às fls. 1005 e 1006, a procuração foi acostada aos autos.

## VOTO

Inicialmente, afasto a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, pois não ocorreu o alegado cerceamento do seu direito de defesa do autuado e nem foi desrespeitado o princípio do contraditório, como afirma o defendente.

O lançamento em lide está fundamentado em provas colhidas em livros e documentos fiscais e contábeis do autuado, os quais foram apreendidos mediante Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo juiz de direito da 1ª Vara Criminal Especializada de Salvador.

O autuado alega que não teve acesso aos livros e documentos que embasaram a autuação. Contudo, a cópia do Diário Oficial do Estado (fl. 684) mostra que não procede a alegação defensiva, pois o contribuinte foi intimado para receber as cópias dos referidos livros e documentos que instruíram o processo. Além disso, nessa oportunidade, a repartição fiscal reabriu, por mais trinta dias, o prazo para pagamento do Auto de Infração ou para apresentação de defesa. Dessa forma, entendo que o autuado teve acesso a todos os livros e documentos fiscais que embasaram o presente lançamento. Se o defendente deixou de comparecer à repartição fiscal para receber as cópias dos livros e documentos, a culpa não foi da repartição fazendária. Além disso, conforme alegam os autuantes, a liminar concedida no *habeas data* impetrado pelo autuado foi cassada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Quanto à condição imposta pelo autuado para que recebesse as cópias dos livros e documentos (“que os mesmos sejam relacionados e identificados nos Autos de Busca e Apreensão”), entendo

que ela não possui justificativa lógica, não tem embasamento legal e apenas visa postergar o deslinde da questão e o conseqüente pagamento do débito tributário apurado.

No que tange ao pedido de diligência ou revisão, entendo que o mesmo não deve ser acatado, uma vez que a realização de diligência ou perícia é desnecessária, o seu atendimento é impraticável e os elementos constantes nos autos são suficientes para a formação da convicção dos julgadores. Assim com fulcro no art. 147, I, “a”, II, “b” e “c”, do RPAF/99, indefiro a solicitação do autuado.

Adentrando no mérito da lide, observo que o autuado sobre ele não se manifestou. Examinei o lançamento em questão, bem como os demonstrativos que o integram e constatei que os as infrações apontadas no Auto de Infração estão devidamente caracterizadas e que, portanto, são devidos os valores cobrados na autuação.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207155.0029/01-0**, lavrado contra **CRISTAL MÓVEIS COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 190.493,65**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$ 3.708,89, de 100% sobre R\$ 24.550,54, de 70% sobre R\$ 162.234,22, previstas, respectivamente, no art. 42, I, “a”, V, “j”, III, IV, “e”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de outubro de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR